

Diferentes estratégias de pesquisa

Metodologia e escolha popular

Plínio Dentzien*

A um mês do plebiscito sobre regime e sistema de governo, os brasileiros oferecem imagens contrastantes sobre as duas questões. Sobre o *regime*, parece clara a maioria republicana em todas as pesquisas consideradas neste artigo — IBOPE, Gallup e Datafolha — ao longo do tempo e em todas as regiões e estratos sócio-econômicos (Tabelas 2.1 a 2.5 e Gráficos 2.1 e 2.2, pp. 23-25)

Poucos entrevistados, no entanto, são capazes de definir em termos adequados as alternativas República e Monarquia quando explicitamente instados a isso (Tabelas 5.1 e 5.3, pp. 35 e 36), o que provavelmente indica a baixa relevância da questão. Isso não é surpreendente, uma vez que a mudança de regime não faz parte da agenda política do país e foi incluída no plebiscito para honrar um compromisso histórico da época da proclamação da República e num contexto específico de votação durante a Constituinte. Essa idéia de que a decisão sobre o regime não é importante para a maioria dos eleitores é, por sinal, reforçada pelo grau relativamente baixo de indecisão, isto é, daqueles que declararam não ter opinião formada ou simplesmente deixaram de responder à pergunta. Quando uma questão é impor-

tante, a falta de clareza sobre seu significado tende a refletir-se em altos níveis de indecisão.

Região do país e estrato sócio-econômico afetam a preferência por regime de governo, mas em nenhuma região ou estrato o apoio à Monarquia chegou a atingir, em todas as pesquisas, um quinto dos entrevistados (Tabelas 2.3 e 2.4, p. 24). Tudo indica que o país continuará a ser uma República.

Sistema de governo

A opção pelo *sistema de governo* apresenta um quadro muito mais complexo que, neste momento, não permite nenhuma projeção segura. A decisão final vai depender das campanhas presidencialista e parlamentarista, principalmente a partir de sua veiculação pela televisão.

O processo de *impeachment* do então presidente Fernando Collor parece ter tido alguma influência sobre a opção dos brasileiros quanto ao sistema de

* Departamento de Sociologia, IFCH-UNICAMP.

governo: nas pesquisas dos três institutos que consideramos, a preferência pelo parlamentarismo começa a apresentar uma inflexão ascendente a partir de algum momento próximo a maio de 1992. É nesse momento que o parlamentarismo ultrapassa o presidencialismo na preferência popular segundo as pesquisas do Gallup e do IBOPE (Gráfico 3.1 e Tabela 3.2, pp. 26-27). Passado o *impeachment*, os dados do Datafolha — único dos três institutos que fez pesquisa em dezembro de 1992 e fevereiro de 1993 — mostram uma inversão da tendência anterior (Tabelas 3.1 a 3.7 e Gráfico 4.1, pp. 26-28 e 29).

Na falta de dados específicos, não é possível argumentar causalmente sobre a hipótese acima. Trata-se antes de uma interpretação plausível, que se baseia na coincidência entre crescimento da preferência pelo parlamentarismo e o debate nacional sobre o *impeachment* e que lança mão de informações sobre o aumento do prestígio do Congresso Nacional e da correspondente desconfiança quanto aos poderes enfeixados nas mãos do presidente da República.

Região e posição social do entrevistado afetam ligeiramente a escolha, sempre no mesmo sentido. O presidencialismo tem mais apoio nas regiões Nordeste e Norte/Centro-Oeste e o parlamentarismo, no Sul e Sudeste; o parlamentarismo também cresce com o aumento no nível de escolaridade. O grau de desinformação e/ou indecisão é maior no Nordeste e Norte/Centro-Oeste e também entre pessoas com menos escolaridade (Tabelas 3.3 a 3.7 e 4.4 a 4.6, pp. 27-28 e 32-34).

Plebiscito

As diferentes estratégias de pesquisa dos três institutos são responsáveis pelas diferenças nos perfis temporais que aparecem na Tabela 3.2 e nos Gráficos 3.1 e 4.1 (pp. 26, 27 e 29). Essas diferenças requerem uma discussão metodológica. Elas também apontam para um problema político substancial derivado da opção dos constituintes de 1988 pela figura jurídico-política do plebiscito.

Inúmeros políticos e analistas políticos têm reclamado, não sem certa razão, da falta de uma definição prévia da opção parlamentarista sobre a qual o eleitorado terá que se manifestar em 21 de abril. Prefeririam que houvesse uma definição clara e precisa: parlamentarismo puro ou misto; com eleição direta ou indireta do presidente da República; presidente com mais ou menos poderes; condições do voto de desconfiança e da dissolução do Parlamento; sistema eleitoral proporcional ou majoritário-distrital; sistema partidário mais ou menos restritivo, e assim por diante. Essa discussão é extemporânea, pois a indefinição deriva da

natureza mesma do plebiscito: o legislador propõe e o povo escolhe genericamente; só então, num segundo momento, o legislador define a forma específica do sistema, no que tem sido caracterizado, principalmente pelos defensores do presidencialismo, como a emissão de um cheque em branco em favor do atual Congresso. O processo contrário corresponderia à forma jurídico-política do referendo, que, por sinal, em caso de vitória do parlamentarismo no plebiscito, poderá vir a ser utilizado.

A questão pode ser melhor elaborada a partir de uma discussão mais detalhada das estratégias de pesquisa dos três institutos considerados.

Metodologia

Em suas primeiras pesquisas sobre o sistema de governo, e na suposição de que os brasileiros não estivessem ainda suficientemente familiarizados com as alternativas, tanto o IBOPE quanto o Datafolha (o primeiro até novembro de 1992 e o outro até julho de 1992) decidiram prefaciar a pergunta direta que pedia a opção do entrevistado entre presidencialismo e parlamentarismo com uma definição das alternativas. O Instituto Gallup só utilizou recurso semelhante para os entrevistados que, na pergunta direta, se declararam indecisos. O fato de que o Gallup tenha obtido opções a partir da introdução das definições de alternativas mostra o quanto aquela suposição estava correta.

Como se pode ver nas perguntas que antecedem o Gráfico 4.1 e as Tabelas 4.1 e 4.2 (pp. 29 e 31), essas definições — todas aceitáveis — são diferentes em mais de um sentido relevante. O IBOPE e o Gallup adotaram um contraste entre presidencialismo e parlamentarismo puro, enquanto o Datafolha preferiu opor o presidencialismo a um modelo misto de parlamentarismo, mais próximo do francês. No caso do IBOPE, o presidencialismo é definido pela eleição direta e a figura do presidente não é sequer mencionada na definição do parlamentarismo, sistema em que “a maioria absoluta do Congresso, que é eleito pelo povo, escolhe um primeiro-ministro”. O Gallup apenas refere o governo do presidente no presidencialismo, sem mencionar a eleição direta, e a escolha do primeiro-ministro pelos “deputados e senadores” no parlamentarismo e também não menciona a figura do presidente. Já o Datafolha prefere definir o presidente como único chefe do governo no presidencialismo e formula a alternativa parlamentarista como aquela em que o “presidente divide a chefia do governo com um primeiro-ministro”.

O que o parágrafo anterior mostra é que não se tratou, nessas pesquisas, da mesma questão e que, portanto, as variações nos dados são legítimas, além de compreensíveis. Ao incluir a eleição direta do

presidente na definição do presidencialismo, deixando de mencioná-lo no parlamentarismo, o **IBOPE** abriu a possibilidade para o entendimento de que o parlamentarismo implicaria o fim da eleição direta do presidente. Isso é perfeitamente razoável enquanto definição abstrata do sistema de governo, mas pode colidir com a forte preferência dos brasileiros pela eleição direta do presidente da República, o que pode ter levado muitos entrevistados a rejeitarem o parlamentarismo. Essa interpretação é perfeitamente compatível com os resultados relativamente mais “presidencialistas” das pesquisas do **IBOPE**, pelo menos até a pesquisa de outubro de 1992 (**Tabela 3.2**, p. 27).

No outro extremo, a opção do **Datafolha** por um modelo de parlamentarismo misto, igualmente razoável enquanto definição abstrata, pode ter diminuído a distância percebida pelos entrevistados entre o sistema presidencial e o parlamentar, na medida em que, neste último, presidente e primeiro-ministro dividiriam a chefia do governo — e isso pode ter levado eleitores que teriam declarado não ter opinião formada se entrevistados pelos outros institutos, a inclinar-se pelo parlamentarismo. Essa interpretação é também compatível com o relativo “parlamentarismo” das pesquisas do **Datafolha** até julho de 1992. E ela é ainda reforçada pela sensível queda no apoio ao parlamentarismo apontada pelo mesmo **Datafolha** entre as pesquisas de julho e de dezembro de 1992: a pergunta-prefácio deixou de ser utilizada em dezembro, quando o instituto provavelmente passou a considerar que a questão já era suficientemente conhecida. Essa leitura ainda explica o menor número de indecisos nas pesquisas do **Datafolha** anteriores a dezembro de 1992 e seu crescimento nesse mês e em fevereiro de 1993 (**Gráfico 4.1**, p. 29).

A posição intermediária dos resultados das pesquisas do **Gallup** é compatível com sua definição das alternativas que, se não menciona a figura do presidente no parlamentarismo, também não se refere à sua eleição direta no presidencialismo.

O que essa discussão mostra é que, assim como o conjunto dos cidadãos, os institutos de pesquisa de opinião também andaram às cegas, por falta daquela

definição prévia. Se essa análise metodológica for correta, estão explicadas as principais diferenças entre os resultados das pesquisas dos três institutos que consideramos. Mas essa análise sobretudo sugere que a alternativa parlamentarismo misto é a que, no momento, parece reunir as preferências da maioria dos brasileiros que já tomaram partido na questão do sistema de governo.

Escolha popular

O fato de que a preferência pelo parlamentarismo tenha diminuído sensivelmente (16 pontos percentuais) quando o **Datafolha** retirou a definição-prefácio sugere, porém, que o termo parlamentarismo não evoca a imagem do modelo francês (de resto praticamente desconhecido do grande público) nem a da cooperação entre chefe de Estado e chefe de governo.

A eleição direta do presidente da República parece constituir o cerne da questão — o que não é surpreendente, uma vez que a luta pelas diretas representou o ponto culminante da luta pela redemocratização do país.

Os dois “partidos” parecem ter percebido isso, pois suas campanhas estão centradas na disputa pela “eleição direta”. Isso ficou claro desde a primeira série de filmes de propaganda exibidos na televisão durante o carnaval. Os presidencialistas reivindicam o patrocínio exclusivo da luta pelas “diretas-já” e conclamam o povo a repelir “o golpe do parlamentarismo”, enquanto seus adversários cuidadosamente só falam em “parlamentarismo com eleição direta do presidente”. Até mesmo os monarquistas encontraram um modo de incorporar a bandeira das “diretas” à sua campanha no simpático apelo, ainda que ambíguo, “vote no rei”.

É importante que os termos do debate e os dados das pesquisas aqui discutidas sejam levados em consideração na hora, após o plebiscito, de definição do sistema de governo, principalmente em caso de vitória do parlamentarismo, de modo que o “cheque em branco” possa vir a ser endossado pelo conjunto dos cidadãos.